



Número: **0804951-09.2018.8.15.0251**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **25/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAMYLSON LUCIANO ALVES (AUTOR)		ARTHUR ALVES DE MEDEIROS (ADVOGADO) ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37642 106	09/12/2020 16:44	RECURSO APELAÇÃO - RAMYLSON LUCIANO ALVES	Apelação



GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE PATOS - ESTADO DA PARAÍBA**

PROCESSO nº 0805412-78.2018.8.15.0251

Autor: RAMYLSON LUCIANO ALVES,

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A

RAMYLSON LUCIANO ALVES, já qualificado nos autos em evidência, na **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT**, que move em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, amplamente qualificado, inconformado com a sentença proferida por este juízo *a quo*, vêm a presença de Vossa Excelência, tempestivamente, e com fulcro no que preceitua o **NCPC no artigo 1009 e seguintes**, em conformidade com entendimentos reiterados de nossos Tribunais e razões do recurso em apreço interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

Considerando a **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, já **deferida** nos autos em favor do autor, em face de sua precariedade financeira, deixa-se de apresentar o comprovante do preparo, de logo **reiterando a manutenção da gratuidade da justiça**.

Após, com ou sem manifestação da parte adversa, **REQUER-SE** sejam encaminhadas as **RAZÕES RECURSAIS** para o Egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA, para os fins de direito.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Patos/PB, 09 de dezembro de 2020.

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS
OAB/PB 25.763

ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES
OAB/PB 17.997

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600
Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240
e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA
• A D V O G A D O S •

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo Origem nº 0805412-78.2018.8.15.0251

7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS - PB

Apelante: RAMYLSO LUCIANO ALVES,

Apelado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A

Egrégio Tribunal,

Colenda Turma,

Eméritos Julgadores,

RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO

Em que pesem os argumentos expendidos pelo D. Juízo de Primeira Instância, **merece total reparo**, a decisão *a quo*, vez que, **condenou a parte autora em honorários de sucumbência recíproca**, bem como fixou honorários sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor da condenação, o **que resultou em um valor irrisório**.

I. DA JUSTIÇA GRATUITA

O recorrente, nesta oportunidade, declara seu estado de hipossuficiência e pobreza, tendo em vista que não dispõe de recursos financeiros suficientes para arcar com o pagamento das custas processuais e com os honorários advocatícios, na ação originária e neste recurso, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, **fazendo jus à gratuidade judiciária reclamada**, já concedida no **despacho ID. 29444140**, dos autos de origem.

O pedido do recorrente tem amparo no teor do **art. 2º, § único da Lei nº. 1.060/50 e artigo 98 e ss. do CPC**.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Em assim o sendo, evidencia-se que o pleito de justiça gratuita encontra guarida na legislação e na jurisprudência aplicáveis à espécie, pelo que se requer a **dispensa do preparo para a interposição do presente recurso.**

II. DA SÍNTESE PROCESSUAL

Em rápida síntese, trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** movida pelo apelante contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIO - DPVAT**, este, foi vítima de acidente de trânsito em **17/05/2015**, sofrendo sequelas permanentes que a incapacitaram para os atos da vida.

Logo, sabido que nos processos administrativos realizados pela seguradora, **a mesma impõe óbices no pagamento administrativo, mesmo que a menor**, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

No caso concreto, **conforme Laudo Pericial**, o perito judicial **concluiu** que as lesões sofridas pelo autor lhe acarretaram em **PERDA TOTAL DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, joelho perna esquerda, sendo o segmento corporal acometido em 25% de sua totalidade.**

Desta feita, após comprovado o nexo causal entre o acidente e a **invalidez parcial**, bem como, demonstrados os requisitos legais, **chegou-se à conclusão** de que a segurada teve uma perda funcional de **25% no membro inferior, perna esquerda**, logo, a indenização devida será de 25% do capital segurado para esta invalidez, ou seja **25% de 70% do capital segurado R\$ 9.450,00** (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), assim, a indenização devida a parte autora seria de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Portanto, levando em consideração que o autor recebeu o valor de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, faz jus a parte autora receber a quantia remanescente correspondente no valor de **R\$ 1.518,75 (mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)**, que lhe é de direito.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

III. DO GRAVE ERRO CONSTANTE DA DECISÃO - Condenação da Parte Autora em Honorários Advocatícios e/ou em Sucumbência Recíproca

A respeitada decisão que ora se apela por sua reforma consignou o seguinte entendimento em sua parte dispositiva. Vejamos:

(...)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, I, CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido da parte autora, para condenar a ré ao pagamento de **R\$ 1.518,75**, já abatido o pagamento administrativo comprovado nos autos, devendo o valor ser corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do acidente (Súmula 580/STJ) e acrescido de juros de mora de 1% a partir da citação (Súmula 426/STJ).

Condeno ambas as partes nas custas processuais, em 50% para cada uma, já que a **sucumbência foi recíproca**, além de condenar o autor a pagar honorários advocatícios ao advogado do Réu e o Réu a pagar honorários advocatícios ao advogado do Autor, **fixando os honorários em 10% do valor da condenação** (art. 85, § 2º, e 86, parágrafo único, CPC), sendo vedada a sua compensação e observado o art. 98, §3º, CPC, quanto ao Autor(a).

Data máxima vênua, **deverá ser reformada** a veneranda sentença no tocante a **condenação da parte autora em custas e honorários advocatícios em sucumbência recíproca**.

Da análise dos autos, denota-se que a pretensão autoral foi julgada **parcialmente procedente** e ante o entendimento de **sucumbência recíproca entre as partes**, foi determinado que a parte autora arcará com o percentual de **50% das custas processuais**, bem como pagará honorários ao advogado da apelada em sua cota parte, calculados sobre o patamar de **10% do valor atualizado da condenação**, ficando suspensa a exigibilidade, na forma do **§ 3º do art. 98 do CPC**.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Entretanto, Excelências, com todas as vênias e o devido respeito à **decisão atacada, equivoca-se o entendimento da Douta decisão** na medida em que a presente demanda **se trata de Seguro Dpvat**, sendo, portanto, **ação que tem como condição precípua, A ANÁLISE PERICIAL POR EXPERT DO IUIZO**, sendo este profissional **o único capaz de enfrentar o real valor** a ser aferido em razão da lesão constatada.

Dessa forma, a suposta existência ou não da lesão, bem como sua real extensão e quantificação a partir da tabela constante na Lei 6.194/74, **depende do conhecimento técnico de um médico**, que poderá aferir com detalhamento e precisão a extensão da lesão apenas **depois do exame no periciando, nunca antes**, sendo, portanto, igualmente impossível ao Autor ou ao seu patrono, **prever ou “chutar”** qual a real extensão de suas lesões para fins de quantificar seu pedido com exatidão na exordial.

Pois bem, na espécie, **tendo o Autor/Apelante alcançado êxito em sua pretensão**, mesmo que em valor inferior ao postulado na exordial, **não condiz o pagamento de custas e honorários advocatícios pela parte autora, somente por que a parte ré sucumbiu em parcela mínima**, razão pela qual deve a parte requerida, aqui apelada, **arcar com tal ônus**, com fulcro no **artigo art. 85, inciso IV, § 8º, do Código de Processo Civil**.

A propósito a jurisprudência, veja-se:

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT [...]. **SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. NÃO OCORRÊNCIA [...]. Uma vez reconhecido o dever de indenizar, ainda que em valor menor que o postulado na petição inicial, impõe-se a condenação da seguradora na totalidade dos ônus sucumbenciais [...].** (TJGO – Apelação (CPC) 0289183-80.2015.8.09.0087 – Relator: Des. Itamar de Lima – 3ª Câmara Cível – Data Julgamento: 30/04/2017 – DJe de 30/04/2017). Grifei.

AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT. **PROCEDÊNCIA PARCIAL DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SUCUMBÊNCIA DA**

(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

SEGURADORA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO EM PEQUENO VALOR. INEXISTÊNCIA DE FATOS NOVOS NO AGRAVO INTERNO. DESPROVIMENTO. 1- A procedência parcial do pedido, quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca e nem mínima, mas mera adequação do *quantum debeatur*, segundo os critérios legais, uma vez que ela se refere a tese, a pretensão, e não propriamente ao valor da condenação, devendo este ônus ser imputado a quem deu causa a ação, ou seja, a Seguradora. (...). (TJGO, 5ª Cam. Civ., AC nº 379366-21.2009.8.09.0051, Rel. Dr. Delintor Belo de Almeida Filho, julg. em 02/07/2015, DJe 1823 de 10/07/2015. Negritei)

Esse TEMA JÀ É PACÍFICO, na medida em que, para os casos de Seguro DPVAT, somente após a perícia é possível determinar o grau de lesão e apuração do quantum devido, **não havendo que se falar em SUCUMBÊNCIA MINIMA DA PARTE RÉ OU RECÍPROCA ENTRE AS PARTES.**

Assim, no presente caso, verifica-se que o pleito autoral de complementação de seguro DPVAT foi deferido integralmente, ainda que em valor menor do que o requerido, de sorte que o encargo sucumbencial deve ser imposto unicamente a seguradora demandada, ora apelada.

Nesse norte, não destoam os tribunais pátrios:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT. PROCEDÊNCIA PARCIAL. HONORÁRIOS SOBRE O VALOR DA CAUSA. FIXAÇÃO QUE DEVE OBSERVAR O MONTANTE DA CONDENAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 85, § 2º, DO CPC/2015. **AUTOR QUE DECAIU APENAS QUANTO À IMPORTÂNCIA INDENIZATÓRIA. SUCUMBÊNCIA A SER SUPOSTADA PELA SEGURADORA.** PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. PROVIMENTO PARCIAL DA SÚPLICA APELATÓRIA. - O art. 85, § 2º, do CPC/2015, estabelece, expressamente, que os honorários serão fixados sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido e, quando

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

este for não possível de mensuração, sobre o valor da causa. - No presente caso, verifica-se que o pleito autoral de complementação de seguro DPVAT foi deferido integralmente, ainda que em valor menor do que o requerido, de sorte que os ônus sucumbenciais devem ser suportados exclusivamente pela seguradora demandada. - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. AFASTADA. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INVALIDEZ. SÚMULA Nº 278 DO STJ. LAUDO MÉDICO. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. (...) A procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT não configura sucumbência recíproca e nem mínima, devendo o ônus ser imputado a quem resistiu a pretensão da parte autora que, na espécie, a Seguradora. (...) APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESP (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00005373220168151201, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 12-09-2017). (TJPB - APL: 00005373220168151201 0000537-32.2016.815.1201, Relator: DES. JOSÉ RICARDO PORTO, Data de Julgamento: 12/09/2017, 1A CÍVEL)

RECURSO DE APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO. COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE, DA INVALIDEZ E DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE AMBOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DE INCIDÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA AFASTADA. MAJORAÇÃO DO HONORÁRIOS DESNECESSIDADE. (...). Por ter dado causa ao ajuizamento da ação, a seguradora tem o ônus de arcar com as custas processuais e honorários, mesmo quando o pedido é julgado parcialmente procedente. Considera-se, nesse caso, que o autor decaiu em parte mínima do pedido, pois a verdadeira característica da lesão só é apurada após a perícia judicial, por isso não é possível especificar na petição inicial o valor efetivamente devido. 4.

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

Desnecessário majorar os honorários quando a quantia fixada na sentença é suficiente para remunerar o advogado do autor de forma digna, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto. Recurso de apelação não provido e recurso adesivo parcialmente provido. (TJMS; APL 0802105-16.2014.8.12.0001; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Vilson Bertelli; DJMS 18/08/2017; Pág. 34)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. **Se o autor restou vencido apenas no que se refere ao valor da indenização do seguro DPVAT, verifica-se a sucumbência mínima, razão pela qual os ônus sucumbenciais devem ser atribuídos, na totalidade, à seguradora requerida.** Os honorários advocatícios devem ser fixados de acordo com o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (TJMS; APL 0821172-30.2015.8.12.0001; Quarta Câmara Cível; Rel. Des. Odemilson Roberto Castro Fassa; DJMS 02/08/2017; Pág. 87)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. AFASTADA. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INVALIDEZ. SÚMULA Nº 278 DO STJ. LAUDO MÉDICO. **ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.** PREQUESTIONAMENTO. (...) **A procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT não configura sucumbência recíproca e nem mínima, devendo o ônus ser imputado a quem resistiu a pretensão da parte autora que, na espécie, a Seguradora.** (...) APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. (TJGO; AC 0033161-52.2011.8.09.0175; Goiânia; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Norival Santome; DJGO 25/05/2017; Pág. 88)

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT. ALTERAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO PLEITEADO NA EXORDIAL. AUSÊNCIA DE REFORMATIO IN PEJUS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA AFASTADA.

PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS.

RAZOABILIDADE PROPORCIONALIDADE. 1. Em se tratando de aplicação de quantum indenizatório pelo magistrado a quo, em valor diverso do formulado na exordial da ação, não há que se falar em reformatio in pejus. 2. **Inocorrência da**

sucumbência mínima, sendo inaplicável o art. 86 do CPC/2015 em desfavor da parte autora, uma vez que essa obteve êxito em seu pleito principal, diferindo tão somente sobre o quantum debeatur requerido e o arbitrado, devendo portanto, a Seguradora arcar com os ônus da sucumbência em sua integralidade.

3. É cediço que as demandas em que se pleiteia a concessão da indenização securitária DPVAT não ensejam debate jurídico de profundidade, conquanto a matéria em estudo é de pouca complexidade, inapta a ensejar o arbitramento de honorários em patamar superior a 10% e inferior a 20% sobre o valor da condenação. Todavia, observado, na hipótese, que a condenação implica em valor irrisório, aplica-se a regra equitativa do artigo 85, § 8º, do CPC/2015, com escopo de remunerar condignamente o causídico. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO E PROVIDO. (TJGO, Apelação (CPC) 5084842 47.2017.8.09.0051, Rel. Sandra Regina Teodoro Reis, 6ª Câmara Cível, julgado em 21/02/2018, DJe de 21/02/2018). Grifei.

Portanto, como se verificar, a r. sentença de primeiro grau **encontra-se em divergência com a jurisprudência** quanto a este ponto, merecendo então reparo no que concerne a condenação da parte autora em **honorários advocatícios em sucumbência recíproca.**

Desse modo, **não há falar em sucumbência mínima ou recíproca,** uma vez que, **por ter dado causa ao ajuizamento da ação, a seguradora**

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

tem o ônus de arcar com as custas processuais e honorários, mesmo quando o pedido é julgado parcialmente procedente, repito, tendo a parte autora **obtido êxito em seu pleito principal, diferindo tão somente sobre o quantum debeatur requerido e o arbitrado,** deve a Seguradora arcar com os ônus da sucumbência **em sua integralidade.**

IV. DOS HONORÁRIOS IRRISÓRIOS/AVILTANTES

Com relação ao **valor dos honorários advocatícios sucumbenciais**, vez que houve manifesta violação ao Art. 85, §2º inciso I e IV, e § 8º do CPC. Vejamos:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

(...)

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

- I - o grau de zelo do profissional;
- II - o lugar de prestação do serviço;
- III - a natureza e a importância da causa;
- IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

O parágrafo 8º do art. 85 assim dispõe:

§ 8º. Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, **o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa**, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Nesse sentido, é sabido que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, **temos a seguinte ordem de preferência:**

.....

(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

- (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º);
- (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo:
 - (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou
 - (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim,
- (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

Como se observa, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Nesse sentido, verificando que o correto valor para condenação se perfaz em **R\$ 1.518,75 (mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)**, e ainda que a verba honoraria sucumbencial seja fixada no percentual máximo de 20% sobre o irrisório valor da condenação, temos que, **resta insuficiente para remunerar os advogados do apelante** pela presente demanda, vez que **R\$ 303,75 (trezentos e três reais e setenta e cinco centavos)** seria o valor dos honorários sucumbenciais.

Logo, se na fixação dos honorários sucumbenciais, o percentual aplicado sobre o valor da condenação resultar em valor irrisório, não condizente com a remuneração da atividade advocatícia, é imperioso

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

arbitrá-los de maneira equitativa, respeitando-se os parâmetros legais e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, **art. 85, § 8º do CPC**.

Sendo assim, em que pesem **o brilho e o zelo do ilustre Julgador "a quo"**, a **r. sentença deve ser reformada**, pois desconforme está com o ordenamento jurídico pátrio, vez que não houve o necessário **"equilíbrio"** que a palavra equidade, por sua derivação, deve ensejar.

O vencedor, neste caso, foi quem sofreu prejuízo!

Somente com a propositura da presente demanda se fez possível a demonstração e discussão do direito do apelante, momento em que os patronos se revestiram de toda a matéria possível, vindo a desenvolver cada uma das argumentações com esmero e dedicação, a demonstrar o grau de profissionalismo aplicado aos serviços advocatícios prestados.

No presente caso, **indiscutível que o valor da condenação dos honorários advocatícios de sucumbência, levando em consideração que o pleito autoral de pagamento do seguro DPVAT foi deferido integralmente, representa quantia irrisória**, meramente simbólica, ainda mais se considerarmos, como manda o ordenamento jurídico, o valor do bem jurídico buscado na tutela jurisdicional.

Ademais, tendo em vista que a **apreciação equitativa deve atender as circunstâncias peculiares de cada caso concreto**, como, aliás, é da essência da equidade, e considerando que não há no referido dispositivo da sentença nenhuma fundamentação sequer, impõe-se a reforma da sentença neste ponto, para o fim de **fixar os honorários em valor compatível com o zelo dos patronos e a dignidade da profissão**, sendo justo em razão do trabalho desenvolvido pelos patronos do apelante.

Neste sentido, **segue entendimentos deste tribunal**, onde foi decretada a fixação do valor das verbas honorarias por apreciação equitativa nas causas em que o proveito econômico for irrisório, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ACRÉSCIMOS REFERENTES AO JUROS INCIDENTE SOBRE TAXAS JÁ DECLARADAS ILEGAIS EM PROCESSO DIVERSO.
--

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

VEDAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE FORMA SIMPLES. **HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. PROVEITO ECONÔMICO IRRISÓRIO. FIXAÇÃO POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA. DESPROVIMENTO DO APELO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO ADESIVO.** - Uma vez reconhecido que a cobrança de tal tarifa foi efetuada indevidamente, para que se restitua às partes ao status quo ante, mostra-se necessária a devolução da quantia referente àquela taxa, além dos acréscimos a ela incididos pelo banco, sob pena de ocorrência do enriquecimento ilícito do banco, fato este rechaçado pelo ordenamento jurídico pátrio - No que concerne à repetição de indébito prevista no art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, a restituição em dobro é penalidade que somente incide quando se pressupõe indevida cobrança por comprovada má-fé, conduta desleal do credor, que não reputo presente nesta demanda - **Quanto aos honorários sucumbenciais, destaca-se que nas causas em que o proveito econômico for irrisório ou inestimável, ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, sempre observando os critérios estabelecidos nos incisos do § 2º do artigo 85 do CPC/2015 (§ 3º do art. 20 do CPC de 73).**

(...). Nesses termos, tratando-se de demanda de simples deslinde e baixa complexidade, abarcando matéria repetitiva, fixo honorários sucumbenciais no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00057761320148152001, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 07-02-2017).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Debilidade permanente parcial incompleta. Procedência parcial da demanda. PLEITO DE MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com



Assinado eletronicamente por: ARTHUR ALVES DE MEDEIROS - 09/12/2020 16:44:36

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20120916443581600000035911470>

Número do documento: 20120916443581600000035911470



GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

PARA o patamar de 10% (DEZ POR CENTO) a 20% (vinte por cento) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR IRRISÓRIO. Desprovimento do apelo - Considerando a condenação irrisória conferida em primeiro grau, **a fixação entre o patamar de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre tal valor, é violar as normas processuais, que determinam a fixação equitativa nestes casos, tutelando, assim, a dignidade do labor do advogado.**

(...). Assim, considerando o valor da condenação, qual seja, R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), fixar-se entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre tal valor, **é violar as normas processuais e atentar contra a dignidade do labor do advogado.** Nesses termos, **impossibilitado resta a minoração dos honorários.** **Conclusão.** Por tudo o que foi exposto, **NEGO PROVIMENTO A APELO**, mantendo pelos seus próprios fundamentos. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00721735420148152001, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 17-04-2018).

Portanto, diante do previsto nos **§ 2º inciso I, IV, e § 8º do art. 85 do CPC**, combinados com as disposições da Tabela de Honorários da OAB, para não aviltar o trabalho dos advogados do apelante, **o valor dos honorários advocatícios merece e deve ser fixado em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).**

VI DOS PEDIDOS

Assim sendo, ante todo o exposto, espera e confia o apelante que o presente recurso seja **RECEBIDO E CONHECIDO**, e ainda, **DADO PROVIMENTO**, em razão da jurisprudência dominante, para **reformular a sentença a quo**, requerendo desde já:

- a) Que seja condenado a Ré, ora apelada, tendo a parte autora obtido êxito em seu pleito principal, diferindo tão somente sobre o **quantum debeatur**

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600

Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240

e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com





GUEDES DE LIMA

• A D V O G A D O S •

requerido e o arbitrado, a **arcar com os ônus da sucumbência em sua integralidade**, conforme jurisprudência acima colacionada.

- b) Bem como, **face ao zelo e dedicação profissionais despendidos pelos patronos subscritores**, que o valor a ser arbitrado a título de **condenação em honorários sucumbências**, sejam arbitrá-los de maneira equitativa, fixados no valor de **R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)**.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Patos/PB, 09 de dezembro de 2020.

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS
OAB/PB 25.763

ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES
OAB/PB 17.997

.....
(83) 3421.7236 (83) 99604.1600
Rua Paulo Mendes 16, Centro – Patos – Paraíba Cep: 58.700-240
e-mail: guedesdelimaadv@gmail.com

